

Um ano depois, a OMC 'patina'

MARIA HELENA TACHINARDI (*)

Refrescar a memória é sempre útil, ainda mais quando se analisa o processo das negociações internacionais, sujeitas a avanços e retrocessos. Basta comparar o que aconteceu em julho de 2004, na Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), e os eventos de julho deste ano.

Por esta época, no ano passado, se comemorava a boa notícia para o comércio mundial: o fechamento do programa de trabalho da Rodada, na madrugada de 1º de agosto, em Genebra. Este passo foi importante, porque existia o temor de que não houvesse horizonte para a realização da 6ª Reunião Ministerial de Hong Kong, em dezembro deste ano, e também porque se temia repetir o fracasso de Cancun.

Em julho de 2005, exatamente um ano depois, as negociações decepcionaram e as tratativas na área agrícola, as mais complicadas, continuam bloqueadas. Isso é um péssimo sinal para o encontro ministerial de Hong Kong, que deveria sinalizar a data de conclusão da Rodada, lançada em novembro de 2001, no Qatar.

- Dois pontos de destaque podem ser 'pinçados' da ministerial de Genebra, em julho de 2004: o acordo sobre o programa de trabalho estabeleceu as bases para a introdução de metas numéricas, como a fixação de uma data para a eliminação dos subsídios à exportação, a fórmula para cortar tarifas, os percentuais de corte dentro de cada faixa, o tamanho no corte dos subsídios agrícolas distorcivos.

- O outro fato relevante foi a consolidação de uma nova dinâmica nas negociações, em que o tradicional "consenso" do Quad – EUA, União Européia, Canadá e Japão – foi substituído por um novo formato de harmonizações sucessivas de posições de países-chave desenvolvidos e em desenvolvimento, que lideram as principais coalizões e posições.

As "cinco partes interessadas" (FIPs, na sigla em inglês, ou *five interested parties*) – EUA, UE, Brasil, Índia e Austrália – tiveram um papel fundamental no consenso em torno do programa de trabalho em Genebra.

PROPOSTAS DO G-20

O G-20, criado às vésperas da reunião de Cancun, sob a liderança brasileira, foi o único ator que colocou propostas estruturadas sobre a mesa nas atuais negociações. A reunião de 30 ministros do Comércio em Dalian, China, que terminou em meados de junho, foi importante para o G-20. A sua proposta de fórmula para cortar as tarifas agrícolas foi considerada um bom ponto de partida pelos países desenvolvidos e em desenvolvimento.

A proposta do G-20 contempla parte dos interesses de países ofensivos, mas não satisfaz plenamente os interesses dos países defensivos em agricultura. A fórmula elaborada pelo grupo é "linear", ou seja, defende a aplicação de um mesmo percentual de redução para todos os produtos em cada banda tarifária. Para os países desenvolvidos, o G-20 propõe cinco bandas – de 0 a 20%, de 21% a 40%, de 41% a 60%, de 61% a 80%, e acima de 80%. O percentual de corte em cada faixa deverá ser negociado a partir de setembro e concluído antes da ministerial de Hong Kong.

Outro item da proposta do G-20 se refere à tarifa máxima de importação agrícola nos países desenvolvidos, que não deve ser superior a 100%. No Japão, por exemplo, há tarifas de 800%. Para os países em desenvolvimento, o G-20 sugere quatro bandas tarifárias – de 0 a 30%, de 31% a 80%, de 81% a 130%, e acima de 131%. A tarifa máxima deveria ser de 150%. Os membros do G-10, entre eles, Japão e Suíça, se opõem à fixação de um teto tarifário. Para a União Européia, porém, a proposta do G-20

está longe dos seus interesses.

A UE defende uma fórmula com apenas três faixas e flexibilidade dentro delas, que implicaria reduzir bastante a abertura dos mercados industrializados para produtos agrícolas de países exportadores, como o Brasil. As faixas defendidas pela UE são para as tarifas até 20%, de 21% a 100%, e acima de 100%. Para cada faixa, se aplicaria um percentual médio de corte, isto é, tanto para uma alíquota de 20% como de 100%, os europeus querem o mesmo corte.

As negociações em Genebra serão retomadas em setembro. Está ficando cada vez mais claro para o Brasil o papel crucial da negociação agrícola no tabuleiro da OMC. Sem o seu desbloqueio, ficará difícil haver avanços em outras áreas. ■

* Diretora de comunicação do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (ICONE)

Preparando a mesa para Hong Kong

Estava definido que, até o final de julho, haveria um acordo geral antes da ministerial de Hong Kong. Entretanto, as divergências sobre a fórmula de corte de tarifas, a redução de subsídios internos e a eliminação de subsídios às exportações estão atrasando um acordo.

De qualquer modo, o objetivo final das negociações ainda continua sendo a conclusão da Rodada até meados de 2006. Tudo dependerá dos resultados da próxima reunião mini-ministerial da OMC, que deverá acontecer em outubro, e preparará o terreno para Hong Kong.

Até outubro, os países terão de definir a estrutura da negociação. Se isso não acontecer, é bem provável que Hong Kong seja um fiasco e que se repita o quadro de Seattle (1999) e de Cancun (2003), duas ministeriais que ficaram na memória como eventos fracassados.